


Ilustríssimo Senhor, Alexandre Augusto Prado da Silva, Presidente da Comissão de Licitação, da Universidade Federal do Rio de Janeiro.

Referência: Tomada de Preços Nº 02/2016 – Processo Administrativo Nº 23079.028473/2013-05

Recebido em
29/09/16

Alexandre Augusto Prado da Silva
Administrador
Slape: 1898568/UFRJ

Fase 3 Engenharia LTDA - ME, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob nº 13.279.952/0001-38, com sede na rua Goitacazes, 375, sala 201, Centro, na cidade de Belo Horizonte, estado de Minas Gerais, por seu representante legal infra assinado, tempestivamente, vem, com fulcro na alínea "b", do inciso I, do art. 109, da Lei nº 8666 / 93, à presença de Vossa Excelência, a fim de interpor

RECURSO ADMINISTRATIVO,

contra a decisão dessa digna Comissão de Licitação de inabilitar a recorrente em função de falhas na documentação jurídica, o que faz declinando os motivos de seu inconformismo no articulado a seguir.

I – DOS FATOS SUBJACENTES

Atendendo à convocação dessa Instituição para o certame licitacional supramencionado, veio a recorrente dele participar com outras licitantes.

Sucedendo que, na fase de habilitação, a recorrente foi considerada inabilitada.

Ocorre que, tal assertiva afigura-se nitidamente por incoerência e ausência de aparato legal, como à frente ficará demonstrado.



II – DAS RAZÕES DA REFORMA

O motivo da inabilitação foi que a Fase 3 Engenharia Ltda não atendeu ao item 7.3.1.5 do Edital.

A saber:

"7.3.1.5. Inscrição do ato constitutivo no Registro Civil das Pessoas Jurídicas, no caso de sociedades simples, acompanhada de prova de diretoria em exercício;" (grifo nosso)

No entanto, a Fase 3 Engenharia Ltda não se enquadra como Sociedade Simples e sim como Sociedade Comercial. Como poderá ser confirmado através do Contrato Social e Alterações (item 7.3.1.3 do Edital) ou via consulta ao Sicafe (de acordo com o que foi enviado para esta licitação: Contrato Social e Alterações ou CRC Sicafe) conforme item 7.1 do Edital:

"7.1. Participarão desta licitação entidades com credenciamento regular no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – SICAF, em relação à habilitação jurídica, regularidade fiscal federal e trabalhista e qualificação econômico-financeira, conforme disposto nos arts. 4º, caput, 8º, § 3º, 13, 14, 18 e 43, III da Instrução Normativa SLTI/MPOG nº 2, de 2010, e entidades não credenciadas no referido sistema, mas que atenderem a todas as condições exigidas para cadastramento até o terceiro dia anterior à data do recebimento das propostas." (grifo nosso)

Entendemos que esta dúvida poderia ter sido esclarecida através de breve diligência, não justificando a inabilitação. A inabilitação por este motivo não tem aparato legal, é inconsistente e impede a competitividade e a seleção da proposta mais vantajosa para Administração Pública.

O certo é que todo rigorismo formal extremo e exigências inúteis não podem conduzir a interpretação contrária à finalidade da lei (...) na qual a existência de vários interessados é benéfica, na exata medida em que facilita a escolha da proposta efetivamente mais vantajosa (Lei 8.666/93, art. 3º).

Fica claro, portanto, a inconsistência da inabilitação, o consequente prejuízo de tal decisão à Administração Pública e o fato de que a recorrente não poderia ser alijada da disputa por meras conjecturas e excesso de rigor.

Aliás, é sabido que os atos administrativos devem ser devidamente legitimados pela lei, sob pena de tornarem-se ilegítimos.

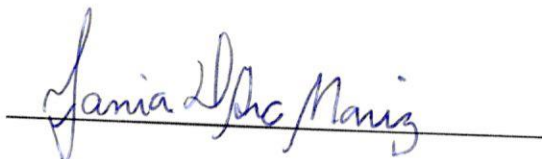
III – DO PEDIDO

Em face do exposto e tendo na devida conta que a empresa recorrente está apta profissional e tecnicamente a permanecer na disputa, requer-se o provimento do presente recurso, com efeito para:

- determinar-se à Comissão de Licitação que reconsidere sua decisão e habilite a empresa recorrente.

Outrossim, amparada nas razões recursais, requer-se que essa Comissão de Licitação reconsidere sua análise e, na hipótese não esperada disso não ocorrer, faça este subir à autoridade superior em consonância com o previsto no § 4º, do art. 109, da Lei nº 8666/93, comunicando-se aos demais licitantes para as devidas impugnações, se assim o desejarem, conforme previsto no § 3º, do mesmo artigo do Estatuto.

Belo Horizonte, 14 de setembro de 2016.



Jânia D'Arc Mariz

Sócia Diretora

RG-MG-13.343.433

CPF-897.593.116-15

13.279.952/0001-38

FASE3 ENGENHARIA LTDA.

Rua Goitacazes, 375 - Sala 201

Bairro Centro - CEP: 30.190-050

BELO HORIZONTE - MG

